

Processo: 1076905
Natureza: DENÚNCIA
Denunciantes: Eduardo Magalhães Fernandes, Alex Sandro Leão, Daniela Maggioni Pereira Leão
Denunciado: Departamento de Trânsito de Minas Gerais (DETRAN)
Responsável: Kleyverson Rezende
Procuradora: Jade Karoline Rabelo Leles, OAB/MG 197.696
MPTC: Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria
RELATOR: CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO

PRIMEIRA CÂMARA – 10/10/2023

DENÚNCIA. PORTARIA. REVOGAÇÃO. PERDA DE OBJETO. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. ARQUIVAMENTO.

A revogação da portaria, com base no poder de autotutela, provoca a perda do objeto do processo, impondo a sua extinção, sem julgamento de mérito, com o consequente arquivamento dos autos, nos termos do inciso III do art. 176 c/c o §3º do art. 196 e com o parágrafo único do art. 305, todos do Regimento Interno.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Primeira Câmara, por unanimidade, diante das razões expendidas no voto do Relator, em:

- I) declarar, na preliminar, a extinção do processo, sem resolução do mérito, uma vez verificada a perda de objeto da denúncia, em face da revogação da Portaria n. 792/19, editada pelo DETRAN,,nos termos do inciso III do art. 176 c/c o § 3º do art. 196 e do parágrafo único do art. 305, todos do Regimento Interno;
- II) indeferir o requerimento formulado pelo Órgão Ministerial, nos termos da fundamentação desta decisão;
- III) determinar que seja dada ciência ao conselheiro Durval Ângelo, relator da Denúncia n. 1114.683, acerca do teor desta decisão;
- IV) determinar a intimação das partes, nos termos regimentais, acerca do teor desta decisão;
- V) determinar, após promovidas as medidas legais cabíveis à espécie, o arquivamento dos autos.

Votaram, nos termos acima, o Conselheiro Agostinho Patrus e o Conselheiro Presidente Durval Ângelo.

Presente à sessão a Procuradora Sara Meinberg.

Plenário Governador Milton Campos, 10 de outubro de 2023.

DURVAL ÂNGELO
Presidente

CLÁUDIO COUTO TERRÃO
Relator

(assinado digitalmente)

PRIMEIRA CÂMARA – 10/10/2023

CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO

I – RELATÓRIO

Trata-se de denúncia formulada pelos Senhores Eduardo Magalhães Fernandes e Alex Sandro Leão, e pela Senhora Daniela Maggioni Pereira Leão, em face de supostas irregularidades na Portaria nº 792/19 do Departamento de Trânsito de Minas Gerais (DETRAN), que “regulamenta os procedimentos para o credenciamento de Clínica Médica e Psicológica, para realizar exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à mudança e adição de categoria, registro de Carteira Nacional de Habilitação de outros Estados da Federação e Internacionais no Brasil, nos candidatos a Diretor-Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador de Trânsito.”

Sustentam os denunciantes que o art. 3º da Portaria nº 792/19 restringe o direito e a possibilidade de participação dos interessados no processo de credenciamento, violando o princípio da ampla competitividade, pelo fato de exigir certidões negativas dos sócios das clínicas, inclusive em demandas cíveis. Argumentam que a verificação das certidões dos sócios não é necessária, tendo em vista que os contratos são firmados com as clínicas, que são pessoas jurídicas distintas das pessoas físicas dos seus sócios.

Argumentam, ainda, como violação ao princípio da ampla competitividade, que o art. 3º, inciso I, alínea ‘n’, da referida portaria, impõe a necessidade de que os sócios apresentem declaração, com firma reconhecida em cartório, de não exercício de cargo, emprego ou função pública em qualquer Órgão Público.

Tal imposição, argumentam os denunciantes, além de comprometer a ampla competitividade, esbarra no princípio da legalidade, tendo em vista que o art. 9º da Lei nº 8.666/93 apenas impossibilita a participação de servidores, dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação em curso, concluindo que, nessa perspectiva, seria possível refrear a participação no processo de credenciamento somente daqueles que possuísem vínculo com o DETRAN ou com as empresas ligadas ao certame.

Os denunciantes entenderam, também, que o art. 4º, § 1º, inciso IV, da portaria em questão, ao exigir a participação dos médicos e psicólogos das clínicas em seminários, jornadas, cursos, reuniões, congressos e fóruns promovidos pelo DETRAN conjuntamente com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (ABRAMET) e com a Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego (ABRAPST), violaria o princípio da impessoalidade, uma vez que estabelece preferência pelas associações preestabelecidas, desvinculando-se dos fins coletivos.

Alegam os denunciantes que os critérios de desempate, caso excedido o número de classificados, contidos no art. 9º, mostram-se desproporcionais podendo acarretar prejuízos aos interessados.

A denúncia foi recebida por despacho do conselheiro presidente Mauri Torres, em 09/09/19, e distribuída à minha relatoria em 10/09/23 (fls. 68 e 69 da peça nº 16).

A Coordenadoria de Fiscalização de Editais de Licitação (CFEL) apontou irregularidades e sugeriu a intimação do Senhor Kleyverson Rezende, diretor do DETRAN, para que apresentasse documentos e justificativas, bem como informasse o estágio em que se encontrava o processo de credenciamento (fls. 71/74 da peça nº 16).

Devidamente intimado (fls. 78 e 79 da peça nº 16), o gestor apresentou a documentação de fls. 81/110 da peça nº 16.

Em 25/09/19, o processo foi redistribuído à relatoria do conselheiro Wanderley Ávila, em conformidade com o art. 126 do regimento Interno, ocasião em que o então relator encaminhou os atos à CFEL para análise (fls. 114 e 115 da peça nº 16).

A CFEL manifestou-se pela procedência da denúncia no que se refere às violações aos princípios da ampla competitividade e da proporcionalidade, sugeriu a suspensão da Portaria nº 792/19 e a citação dos responsáveis (fls. 116/123 da peça nº 16).

Em 07/10/19, os autos foram redistribuídos à minha relatoria, em conformidade com o art. 127 do Regimento Interno (fl. 125 da peça nº 16).

Após, indeferi a liminar requerida pelos denunciante e retornei o processo à Unidade Técnica para exame exauriente de toda a Portaria nº 792/19 (fls. 126/132v da peça nº 16).

A CFEL ratificou sua manifestação de fls. 116/123 da peça nº 16 e sugeriu a citação dos responsáveis (fls. 141/144v da peça nº 16).

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC) não apresentou aditamentos e requereu a citação do responsável (fls. 157 e 158 da peça nº 16).

Dessa forma, determinei a citação do Senhor Kleyverson Rezende, diretor do DETRAN, para apresentação de defesa (fl. 159 da peça nº 16).

Devidamente citado (fls. 160 e 161 da peça nº 16), o gestor apresentou a manifestação de fls. 162/169 da peça nº 16, seguindo os autos à Unidade Técnica para reexame.

A CFEL entendeu pela manutenção das irregularidades apontadas anteriormente e sugeriu que fosse determinada a retificação da Portaria nº 792/19, visando a sua adequação aos termos legais e ao princípio da ampliação da participação de interessados (fls. 172/179 da peça nº 16).

O MPC, apontou que não houve análise técnica da Portaria nº 23/22 do DETRAN, que revogou a Portaria nº 792/19, e requereu o retorno dos autos à Unidade Técnica para exame de seu conteúdo (peça nº 19). Requereu, ainda o apensamento do presente processo à Denúncia nº 1.114.683, de relatoria do conselheiro Durval Ângelo, que aponta supostas irregularidades na Portaria nº 23/22 do DETRAN.

Considerando que as portarias e os fatos denunciados são distintos, podendo ser dirimidos, pela livre convicção de cada juízo, de forma autônoma, sem que se tenha o risco de decisões conflitantes, indeferi os pedidos do Órgão Ministerial e devolvi os autos ao MPC para manifestação conclusiva, à vista da informação de revogação expressa da Portaria nº 792/19 pela Portaria nº 23/22 (peça nº 20).

O MPC, diante da revogação da Portaria nº 792/19, opinou pela extinção do processo, sem julgamento de mérito, em virtude da perda do objeto, apontou irregularidades na Portaria nº 23/22 e requereu a expedição de recomendações ao DETRAN para que promova alterações na referida portaria de forma a sanar suas ilicitudes (peça nº 21).

É o relatório, no essencial.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Preliminar Processual

Conforme relatado, examinados os autos, constata-se que o DETRAN, com a edição da Portaria nº 23/22, revogou a Portaria nº 792/19, objeto da presente denúncia, a qual “regulamenta os

procedimentos para o credenciamento de Clínica Médica e Psicológica, para realizar exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à mudança e adição de categoria, registro de Carteira Nacional de Habilitação de outros Estados da Federação e Internacionais no Brasil, nos candidatos a Diretor-Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador de Trânsito”.

A revogação da Portaria nº 792/19 consta no art. 52 da Portaria nº 23/22, publicada no site do DETRAN¹.

A revogação do ato administrativo que deu origem à presente denúncia provoca o reconhecimento da perda de objeto do processo e torna dispensável o prosseguimento da ação de controle externo, diante da inexistência, no mundo jurídico, de ato a ser controlado.

Diante do exposto, entendo que o processo deve ser extinto sem julgamento de mérito.

Deixo de acolher o requerimento do Órgão Ministerial para que sejam expedidas recomendações ao DETRAN visando à promoção de alterações na Portaria nº 23/22, tendo em vista que, embora seja de medida salutar, o referido ato administrativo já é objeto da Denúncia nº 1.114.683 que tramita nesta Corte, de relatoria do conselheiro Durval Ângelo.

Assim, entendo ser suficiente determinar, nessa assentada, que se dê ciência ao conselheiro Durval Ângelo, relator da Denúncia nº 1.114.683, acerca do teor desta decisão.

III – CONCLUSÃO

À vista do exposto, verificada a perda de objeto da denúncia em face da revogação da Portaria nº 792/19, editada pelo DETRAN, voto pela extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do inciso III do art. 176 c/c o § 3º do art. 196 e do parágrafo único do art. 305, todos do Regimento Interno.

Indefiro o requerimento formulado pelo Órgão Ministerial, nos termos da fundamentação.

Dê-se ciência ao conselheiro Durval Ângelo, relator da Denúncia nº 1.114.683, acerca do teor desta decisão.

Intimem-se as partes, nos termos regimentais, acerca do teor desta decisão.

Promovidas as medidas legais cabíveis à espécie, arquivem-se os autos.

* * * * *

jc/rb

¹<https://www.detrان.mg.gov.br/sobre-o-detrان/legislacao/portarias-do-detrان-mg/exibir-portaria/64258/000000/O/2022/1/23>